

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Ao proceder à abertura do IV Seminário Internacional de Direito Ambiental, quero lembrar mais uma vez feliz afirmação do professor Herman Benjamin, ilustre membro do nosso Ministério Público paulista e um dos respeitáveis conferencistas deste magno evento. No seu dizer, é o Superior Tribunal de Justiça, entre as cortes similares latino-americanas, a mais atuante em questões ambientais, de modo que o número das suas decisões sobre o tema supera a soma daquelas proferidas por todas as outras. Cognominando-o de corte de vanguarda quanto à proteção do meio ambiente, acrescenta o professor Benjamin que não se limita o Superior à mera aplicação da norma, todavia promove a “transformação da realidade pela força de suas decisões”, chegando a estender essa aplicação a áreas ainda não protegidas em lei.

É por essas e por muitas outras razões que o Superior Tribunal é hoje reconhecido como o Tribunal da Cidadania, comprometido com a efetivação do bem comum, fator sem o qual não se consolida o Estado democrático de direito. Daí a frequência com que tem aberto as portas para sediar encontros como este, com objetivos igualmente voltados para a concretização dos anseios da coletividade.

O momento é de indiscutível importância, pois estamos reunidos para debater aspectos relevantes no que tange à melhoria da qualidade de vida da humanidade e, sem temer estar sendo demasiado incisivo, no que concerne à ingente batalha travada pelas nações para salvar a própria vida no planeta.

* Palavras proferidas na abertura do IV Seminário Internacional de Direito Ambiental, STJ 6/5/2002.



Senhoras e senhores, remonta às origens da humanidade a problemática da degradação ambiental. O homem, porque dotado da faculdade de pensar, sempre se sentiu impelido a modificar, a influenciar o meio, adaptando-o às suas necessidades não só de sobrevivência, mas também de consecução da felicidade, alvo primacial da vida na concepção da sabedoria grega. Assim, a essa epopéia foram sendo acrescentados novos capítulos – da revolução agrícola aos avanços da Informática e da Engenharia Genética –, os quais, a par da satisfação daquelas necessidades, inerentes à supremacia humana, traziam a cor da devastação.

Perplexos e temerosos, então, testemunhamos o raiar do século XXI como herdeiros de tão dantesco legado – é o espectro da desolação a apontar-nos o rombo na camada de ozônio, as bruscas variações climáticas, a poluição do ar, do solo e das fontes de água potável; a apontar-nos, ainda, a contaminação dos oceanos e a exaustão de lençóis freáticos, a que se somam a extinção de culturas e a visível agressão à fauna e à flora.

Não caberia, no ensejo, discorrer sobre tais fatos, que ocupam o dia-a-dia da mídia e nos deixam cada vez mais preocupados. No entanto permitam-me aludir àquele noticiado pela Veja de 17 de abril: “O maior desastre ecológico produzido pelo homem está fazendo desaparecer o Mar de Aral, na Ásia, que, segundo especialistas, estará totalmente seco em 2010.” Se a advertência se referisse apenas ao seu desaparecimento, talvez não merecesse o destaque que lhe está sendo conferido.

Na verdade, o cerne da questão é o elenco de conseqüências daí advindo. Qual o destino dos 55 milhões de pessoas que habitam a bacia do Mar de Aral, abastecido que era ele por rios desviados para fins de irrigação? Onde irão buscar trabalho, renda e alimento, se definha vertiginosamente a grande fonte de indústria pesqueira? E as tempestades de areia e sal, que confinam os moradores, até por semanas,

nas suas casas? Ademais, às doenças relacionadas com a pobreza sobrepõem-se, em nível epidêmico, o câncer, a tuberculose, a asma e outras, decorrentes do uso de agrotóxicos e do elevado teor de sal.

Como cidadãos bem informados, sabemos que iríamos constatar uma infinidade de casos semelhantemente graves em outras regiões do mundo. Entretanto, devido à exigüidade do tempo, atenhamo-nos à Amazônia, para Euclides da Cunha, o último capítulo do Gênesis, a ser escrito pelo homem por determinação divina. Ela também dá sinais de agonia. São alarmantes os dados registrados na Revista da UnB (Ano I, nº 2) pelo sociólogo Lúcio Flávio Pinto: a alteração da paisagem natural não ultrapassava 0,5% no início do século XX, atingindo mais de 17% cem anos depois. Em outras palavras, a devastação ascendeu de 15 mil quilômetros quadrados para mais de 700 mil.

Em decorrência dos megaprojetos, consoante o professor Ricardo Albuquerque da Silva, da Universidade da Amazônia, as estimativas são espantosas quanto à extinção de espécies de vida e revelam um aceleração quase incontável: de 1500 a 1850, foi eliminada uma a cada década; nos cem anos subsequentes, uma por ano; em 1990, desapareceram dez espécies por dia contra uma a cada hora em 2000.

O quadro que se nos depara aos olhos faz-me recordar palavras da doutora Sílvia Cappelli, procuradora de justiça do Rio Grande do Sul, ao falar na abertura do 2º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente: "A Atlântida de Platão soçobrou porque seus habitantes se julgaram deuses."

Indago então: estaríamos incorrendo no mesmo pecado?

Senhoras e senhores, não devo alongar-me. Se o fizesse, correria o risco de adentrar a temática proposta, a qual, estou certo, será discutida com maestria pela seleta plêiade de conferencistas e



expositores. Deste conclave, mais um lampejo de esperança nesta luta desigual entre o progresso e a manutenção das condições imprescindíveis à vida, hão de brotar novas propostas de desenvolvimento sustentável à luz da Constituição Federal, do Direito e da legislação pertinente, bem como diretrizes voltadas para a adoção de medidas mais enérgicas quanto ao seu cumprimento, aliadas a ações de educação ambiental.

Há caminhos; sabemos que os há, unamo-nos na sua busca. Para os trilharmos, não precisamos atropelar os avanços científicos e tecnológicos, nem emperrar a máquina do desenvolvimento. É justo que o homem dê vazão à inteligência e alcance a felicidade, que lhe é inerente à vida. Que o faça, contudo, seguindo o entendimento do professor Édis Milaré, para quem sobre os recursos naturais e bens ambientais pesa “uma hipoteca social: não se pode dispor deles livremente e a bel-prazer se interesses maiores (...) da comunidade forem violados ou indevidamente restringidos”.

Nessa escalada, contem com o Superior Tribunal – uma das melhores descobertas dos constituintes originários de 1987/1988 –, cujas decisões, porquanto engajado, como visto, na descomunal luta, estão gerando sólida jurisprudência, contribuindo, assim, para o surgimento de uma nova mentalidade em termos de preservação ambiental.

Concluo felicitando o Centro de Estudos Judiciários na pessoa do Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Milton Luiz Pereira, e as demais instituições promotoras do evento pela brilhante iniciativa, bem como o Juiz Vladimir Passos de Freitas e a doutora Gisela S. de Alencar, coordenadores científicos.

Muito obrigado a todos.